



COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.088.042/0001-83

COSESP

seguros

Relatório da Administração - 2015

No exercício de 2015, a Administração da Companhia, em continuidade à fase de encerramento das atividades operacionais da seguradora, concentrou seus esforços em preservar a sua situação econômico-financeira, bem como prosseguiu adotando as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares.

Neste contexto, a Companhia deu sequência aos procedimentos de adequação do nível das provisões técnicas e dos critérios de mensuração e quantificação dos ativos e passivos judiciais, sendo esses os fatores determinantes para o resultado do exercício.

A Cospesp, cujo controle acionário é detido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com 94,7% das ações, encerrou o exercício com Patrimônio Líquido de R\$ 157,0 milhões e ativos financeiros de R\$ 289,0 milhões.

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, empregados, fornecedores e clientes o apoio e a colaboração recebidos.

São Paulo (SP), 29 de janeiro de 2016
A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 (Em R\$ mil)			
ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		291.136	300.642
Disponível		12.482	12.574
Caixa e Bancos		367	158
Equivalente de Caixa	5	12.115	12.416
Aplicações	5	276.984	285.311
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		996	2.033
Prêmios a Receber	6.1	116	163
Operações com Seguradoras	6.4	804	970
Operações com Resseguradoras	6.6	76	900
Outros Créditos Operacionais		102	14
Ativos de Resseguro e Retrocessão	7	112	110
Títulos e Créditos a Receber		314	452
Títulos e Créditos a Receber	8.3	212	268
Créditos Tributários e Previdenciários	8.1	0	35
Outros Créditos	8.3	102	149
Outros Valores e Bens		132	138
Bens à Venda		112	118
Outros Valores		20	20
Despesas Antecipadas		14	10
Ativo não Circulante		81.692	91.267
Realizável a Longo Prazo		76.014	84.807
Ativos de Resseguro e Retrocessão	7	13.025	11.428
Títulos e Créditos a Receber		62.989	73.379
Créditos Tributários e Previdenciários	8.1	347	332
Depósitos Judiciais e Fiscais	8.2	62.619	73.000
Outros Créditos Operacionais	8.3	23	47
Investimentos		9	4.651
Imóveis Destinados à Renda		4.188	4.651
Imobilizado		10	1.469
Imóveis de Uso Próprio		1.240	1.377
Bens Móveis		229	337
Diferido		11	21
Total do Ativo		372.828	391.909

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		43.820	38.924
Contas a Pagar		1.290	1.129
Obrigações a Pagar	12.1	282	261
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	12.2	255	276
Encargos Trabalhistas	12.3	638	592
Impostos e Contribuições	12.4	115	0
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		13	27
Prêmios a Restituir		9	9
Operações com Resseguradoras		0	1
Corretores de Seguros e Resseguros		0	77
Outros Débitos Operacionais		18	284
Provisões Técnicas - Seguros		14	42.503
Danos		5.578	5.229
Pessoas		36.925	32.195
Passivo não Circulante		172.045	191.071
Contas a Pagar		364	566
Tributos Diferidos	15	364	566
Provisões Técnicas - Seguros		14	137.117
Danos		55.133	52.426
Pessoas		81.984	105.345
Outros Débitos		16	34.564
Provisões Judiciais		34.564	32.734
Patrimônio Líquido		18	156.963
Capital Social		120.000	120.000
Reservas de Lucros		37.077	42.028
(-) Ações em Tesouraria		(114)	(114)
Total do Passivo		372.828	391.909

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em R\$ mil, exceto o Prejuízo Líquido por Ação)			
	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
Prêmios Emitidos		19	1.951
Variáveis das Provisões Técnicas de Prêmios		20	139
Prêmios Ganhos		2.090	1.605
Sinistros Ocorridos		21	(5.835)
Custos de Aquisição		(42)	(36)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		22	(6.727)
Resultado com Resseguro		62	415
Despesas Administrativas		23	(9.518)
Despesas com Tributos		24	(1.381)
Resultado Financeiro		25	14.406
Resultado Patrimonial		26	1.604
Resultado Operacional		(5.341)	(16.159)
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		257	323
Resultado antes dos Impostos e Participações		(5.084)	(15.836)
Imposto de Renda		28	126
Contribuição Social		28	76
Participações sobre o Lucro		(69)	(61)
Prejuízo Líquido do Exercício		(4.951)	(15.695)
Quantidade de Ações (Lote de 1.000 Ações)		120.000	120.000
Prejuízo Líquido do Exercício por Ação (Lote de 1.000 Ações) - R\$		(41,26)	(130,79)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras			

Demonstrações de Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em R\$ mil)		
	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo Líquido do Exercício	(4.951)	(15.695)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	0	7
Total do Prejuízo Abrangente do Exercício	(4.951)	(15.688)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras		

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em R\$ mil)		
	31/12/2015	31/12/2014
Atividades Operacionais		
Prejuízo Líquido do Exercício	(4.951)	(15.695)
Ajustes para:		
Depreciações e Amortizações	799	860
Reversão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	0	7
Outros Ajustes	7	0
Variáveis nas contas patrimoniais:		
Aplicações Financeiras	8.327	15.451
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	949	(1.030)
Ativos de Resseguros	(1.599)	(818)
Créditos Tributários e Previdenciários	20	(48)
Depósitos Judiciais e Fiscais	10.381	9.441
Despesas Antecipadas	(4)	(0)
Outros Ativos	133	72
Contas a Pagar	(41)	(155)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(344)	(75)
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	(15.575)	(4.447)
Provisões Judiciais	1.830	(3.872)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	(68)	(309)
Atividades de Investimento		
Imobilizado	(24)	(2)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	(24)	(2)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(92)	(311)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	12.574	12.885
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	12.482	12.574
Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa	(92)	(311)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras		

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em R\$ mil)		
	31/12/2015	31/12/2014
Atividades Operacionais		
Prejuízo Líquido do Exercício	(4.951)	(15.695)
Ajustes para:		
Depreciações e Amortizações	799	860
Reversão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	0	7
Outros Ajustes	7	0
Variáveis nas contas patrimoniais:		
Aplicações Financeiras	8.327	15.451
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	949	(1.030)
Ativos de Resseguros	(1.599)	(818)
Créditos Tributários e Previdenciários	20	(48)
Depósitos Judiciais e Fiscais	10.381	9.441
Despesas Antecipadas	(4)	(0)
Outros Ativos	133	72
Contas a Pagar	(41)	(155)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(344)	(75)
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	(15.575)	(4.447)
Provisões Judiciais	1.830	(3.872)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	(68)	(309)
Atividades de Investimento		
Imobilizado	(24)	(2)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	(24)	(2)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(92)	(311)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	12.574	12.885
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	12.482	12.574
Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa	(92)	(311)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras		

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em R\$ mil)		
	31/12/2015	31/12/2014
Atividades Operacionais		
Prejuízo Líquido do Exercício	(4.951)	(15.695)
Ajustes para:		
Depreciações e Amortizações	799	860
Reversão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	0	7
Outros Ajustes	7	0
Variáveis nas contas patrimoniais:		
Aplicações Financeiras	8.327	15.451
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	949	(1.030)
Ativos de Resseguros	(1.599)	(818)
Créditos Tributários e Previdenciários	20	(48)
Depósitos Judiciais e Fiscais	10.381	9.441
Despesas Antecipadas	(4)	(0)
Outros Ativos	133	72
Contas a Pagar	(41)	(155)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(344)	(75)
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	(15.575)	(4.447)
Provisões Judiciais	1.830	(3.872)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	(68)	(309)
Atividades de Investimento		
Imobilizado	(24)	(2)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	(24)	(2)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(92)	(311)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	12.574	12.885
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	12.482	12.574
Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa	(92)	(311)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras		

ii) Provisão Complementar de Cobertura - PCC
A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros. Esta provisão contempla as apólices cuja reativação está determinada por decisão judicial oriunda daquelas apólices com renovação anual automática só rescindível por vontade do segurado sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados.

A Companhia segmentou o grupo de apólices em dois grupos distintos:
a) O primeiro está composto por apólices com ações transitadas em julgado desfavoravelmente à Companhia (Grupo A); e
b) O segundo corresponde às apólices que ainda estão em fase de discussão judicial (Grupo B).

O cálculo para o Grupo A considera a cobertura dos contratos/apólices como sendo vitalícia, e monta em 31 de dezembro de 2015 em R\$ 1.694 (R\$ 1.975 em 31/12/2014). A provisão para o restante das apólices (Grupo B), que ainda estão em fase de discussão no judiciário, representa a projeção dos prêmios a receber e das despesas correspondentes (fluxo de caixa), considerando, contudo, a vigência de doze meses, e monta em 31 de dezembro de 2015 R\$ 2.693 (R\$ 2.558 em 31/12/2014), reconhecida em razão de incertezas relativas às futuras decisões judiciais.

O fluxo de caixa foi projetado como segue:

- ✓ Fluxo futuro dos sinistros a pagar (ocorridos e a ocorrer) com base na tábua de mortalidade BR-EMS. Adicionalmente, à obrigação primária de cobertura de morte, o cálculo também considera as coberturas adicionais, tais como IPA (Invalidez Permanente por Acidente), IPD (Invalidez Permanente por Doença) e cláusula cômputo;
- ✓ Prêmios futuros, considerando a taxa de cancelamento zero, pela característica de apólices reativadas judicialmente;
- ✓ Comissões futuras, que, pela característica da carteira, que considera segurados reativados judicialmente, inexistem premissa relacionada ao corretor;
- ✓ Despesas administrativas futuras necessárias para manutenção das apólices, considerando a manutenção deste grupo de apólices até sua extinção.

O resultado da projeção futura de prêmios, deduzidas as despesas administrativas, judiciais e sinistros futuros, é trazido a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTP) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa pré-fixada e IGP.

iii) Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL
A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos de indenizações prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das Demonstrações financeiras. A parcela da referida provisão que se encontra em discussão judicial está classificada no passivo não circulante e a provisão é determinada de acordo com o estágio judicial de cada ação sendo atualizada monetariamente.

De forma a complementar a provisão de sinistros a liquidar e de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321/2015, regulamentada pela Circular SUSEP nº 517/2015, a Companhia passou a mensurar os sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) que poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. A metodologia considera os sinistros conhecidos e os ajustes de estimativas dos sinistros até o encerramento dos mesmos com data de aviso/citação posterior a 01/01/2006.

iv) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR
A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelos segurados/beneficiários. A metodologia considera os sinistros avisados, pagos ou ainda pendentes de pagamento, considerando eventuais ajustes decorrentes da regulação, utilizando técnicas estatísticas e atuariais aplicadas sobre informações históricas para o período de 96 meses.

v) Provisão de Despesas Relacionadas - PDR
A provisão de despesas relacionadas é constituída para fazer frente à cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações de sinistros. A Nota Técnica foi elaborada de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321/2015, regulamentada pela Circular SUSEP nº 517/2015.

3.8 Teste de Adequação de Passivos - TAP
A Companhia elaborou o TAP para as apólices vigentes na data de execução do teste em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015.

O teste de adequação de passivos foi efetuado considerando as premissas descritas no item 3.7. (ii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em R\$ mil)							
	Reservas de Lucros			Ações em Tesouraria	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária				
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	120.000	10.739	46.984	(114)	(7)	0	177.602
Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	(15.695)	(15.695)
Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	7	0	7
Transferência entre Reservas	0	0	(15.695)	0	0	15.695	0
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	120.000	10.739	31.289	(114)	0	0	161.914
Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	(4.951)	(4.951)
Transferência entre Reservas	0	0	(4.951)	0	0	4.951	0
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	120.000	10.739	26.338	(114)	0	0	156.963

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em R\$ mil)						
---	--	--	--	--	--	--

1. Contexto Operacional

A Companhia de Seguros do Estado de São Paulo ("Companhia" ou "COSESP") é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29/09/1967, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, com sede na Rua Pamplona, 227, São Paulo/SP, e que tem como

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em R\$ mil)

O cálculo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2015 apresentou insuficiência que foi registrada na rubrica Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

3.9 Passivos Financeiros

As obrigações a pagar aos fornecedores são obrigações demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data-base das Demonstrações Financeiras.

3.10 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

i) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii) Passivos Contingentes (em Conta: Judiciais não Relacionadas a Sinistros)

São constituídos levando em atenção a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Decorrem de um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de uma legislação ou de outro dispositivo legal, e têm os seus montantes reconhecidos nas Demonstrações financeiras.

3.11 Patrimônio Líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

4. Gerenciamento de Risco

4.1 Risco de Subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato onde há possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade quanto à sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados.

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3.1, a Companhia subscree riscos em função de decisões judiciais e, conseqüentemente, a medida que tais riscos não levam em conta o equilíbrio atuarial, uma Provisão de Complementar de Cobertura (PCC) é reconhecida.

4.2 Risco Operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de ocorrência de pessoas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiências em contratos, descumprimentos de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas e indenização por danos a terceiros. Essa definição inclui o Risco Legal.

A Companhia mantém políticas definidas e um quadro funcional experiente no monitoramento e gerenciamento das obrigações atuais. Devido ao fato de a Companhia manter um restrito nível de subscrição, a estrutura administrativa é compatível às necessidades atuais para que o risco operacional seja igualmente monitorado *vis-à-vis* às competências necessárias.

A Companhia mantém suas operações concentradas no estado de São Paulo.

4.3 Risco de Crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está exposta consiste na possibilidade da contraparte não cumprir com suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas de benefícios econômicos à Companhia. As perdas estão relacionadas aos recursos que não são mais recebidos.

O gerenciamento do risco de crédito financeiro da Companhia consiste, entre outros, no cumprimento do Decreto Estadual nº 60.244, de 14 de março de 2014, que determina que a COSESP centralize as operações de natureza financeira, inclusive aplicações financeiras, exclusivamente no Banco do Brasil S.A. Em observância à legislação mencionada, os ativos financeiros da Companhia estão aplicados naquela instituição em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional. Desta forma a única exposição ao risco de crédito dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é o risco país, o qual é classificado com o rating interno "BB-" pela Agência Fitch.

4.4 Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perdas financeiras por oscilação de preços, índices e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia.

O gerenciamento do risco de mercado da Companhia consiste no acompanhamento do *VaR (Value at Risk)* divulgado pela instituição financeira administradora do fundo exclusivo da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Data	Valor Justo	VaR	VaR (%)
31/12/2015	288.923	4	0,0014%
Data	Valor Justo	VaR	VaR (%)
31/12/2014	297.556	4	0,0014%

4.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de não existir recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre os seus compromissos.

Com o objetivo de gerenciar o risco de liquidez, a Companhia elabora fluxo de caixa com a previsão contínua das obrigações em comparação com a respectiva disponibilidade de recursos financeiros.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Companhia segregados por prazo e utilizados para monitoramento do risco de liquidez.

Descrição	Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)			
	31/12/2015			
	1 a 30 Dias	31 a 180 Dias	Prazo Indeterminado	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.482	0	0	12.482
Aplicações	276.771	0	213	276.984
Depósitos Judiciais e Fiscais	0	0	62.619	62.619
Total dos Ativos Financeiros (1)	289.253	0	62.832	352.085
Contas a Pagar	282	1.008	0	1.290
Débitos de Operações com Seguros	27	0	0	27
Provisões Técnicas de Seguros	42.503	0	137.117	179.620
Provisões Judiciais	0	0	34.564	34.564
Total dos Passivos (2)	42.812	1.008	171.681	215.501
Total (1 - 2)	246.441	(1.008)	(108.849)	136.584

Descrição	Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)			
	31/12/2014			
	1 a 30 Dias	31 a 180 Dias	Prazo Indeterminado	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.574	0	0	12.574
Aplicações	285.098	0	213	285.311
Depósitos Judiciais e Fiscais	0	0	73.000	73.000
Total dos Ativos Financeiros (1)	297.672	0	73.213	370.885
Contas a Pagar	261	868	0	1.129
Débitos de Operações com Seguros	243	0	128	371
Provisões Técnicas de Seguros	37.424	0	157.771	195.195
Provisões Judiciais	0	0	32.734	32.734
Total dos Passivos (2)	37.928	868	190.633	229.429
Total (1 - 2)	259.744	(868)	(117.420)	141.456

4.6 Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido - Adequação de Capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco. De acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015, o Capital Adicional pertinente ao risco de mercado, será efetivamente exigido no montante de 50% entre 31/12/2016 e 30/12/2017 e o Capital Adicional remanescente de 50% será exigido a partir de 31/12/2017. Enquanto isso a Seguradora está apurando o capital de risco de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
(+) Patrimônio Líquido	156.963	161.914
(-) Despesas Antecipadas	14	10
(-) Ativo Diferido	21	95
(=) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	156.928	161.809
Margem de Solvência (I)	6.820	8.614
Capital-base (II)	15.000	15.000
(+) Capital Adicional de Risco de Subscrição	1.160	5.120
(+) Capital Adicional de Risco de Crédito	6.800	7.113
(+) Capital Adicional de Risco Operacional	347	351
(-) Deflatores em Função da Correlação entre os Riscos	512	1.592
Capital Adicional (II)	7.795	10.992
Capital Mínimo Requerido (CMR) - maior entre II e III	15.000	15.000
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	141.928	146.809

4.7 Análise de Sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade, consideramos o fator de risco taxa de juros, em função da relevância deste nas posições ativas e passivas da Companhia. As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre esta premissa em um cenário e condições normais de mercado.

i) Adequação de Passivo

A tabela demonstra a mudança esperada da variável e impacto potencial sobre o resultado do exercício e o Patrimônio Líquido da Companhia em relação a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 31/12/2015	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de Juros	+1,0%	103	103
Taxa de Juros	-1,0%	(108)	(108)

ii) Investimentos

O teste de sensibilidade apresenta o resultado da expectativa de mercado do aumento da taxa de juros aplicada de forma direta na rentabilidade do fundo investimento exclusivo da Companhia. A análise de sensibilidade foi elaborada considerando o casamento dos ativos e dos passivos.

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 31/12/2015	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de Juros	+1,0%	2.853	2.853
Taxa de Juros	-1,0%	(2.852)	(2.852)

iii) Sinistros

O teste de sensibilidade apresenta o impacto da expectativa de aumento dos sinistros retidos no resultado do exercício e no Patrimônio Líquido da Companhia. A metodologia aplicada considerou a sinistralidade das apólices emitidas por decisão judicial.

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 31/12/2015	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Aumento dos Sinistros Retidos	+10,0%	(883)	(883)
Redução dos Sinistros Retidos	-10,0%	920	920

5. Aplicações Financeiras e Equivalente de Caixa

5.1 Composição das Aplicações Financeiras por Títulos e Prazos

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio do resultado estão apresentados no Ativo Circulante.

Títulos	31/12/2015			
	Em até 1 Ano	Acima de 1 Ano	Contábil/ Justo	Custo Atualizado
Quotas de Fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos	240.719	48.167	288.886	288.922
LFT	0	48.167	48.167	48.200
LTN	14.992	0	14.992	14.995
Operações Compromissadas (1)	225.765	0	225.765	225.765
Tesouraria e Contas a Pagar	(38)	0	(38)	(38)
Outras Aplicações (3)	213	0	213	213
Total	240.932	48.167	289.099	289.135

Títulos	31/12/2014			
	Em até 1 Ano	Acima de 1 Ano	Contábil/ Justo	Custo Atualizado
Quotas de Fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos	245.472	52.042	297.514	298.023
LFT	928	38.767	39.695	39.739
LTN	14.994	13.278	28.272	28.735
Operações Compromissadas (1)	229.590	0	229.590	229.590
Contratos de Mercados Futuros (2)	0	(3)	(3)	(3)
Tesouraria e Contas a Pagar	(40)	0	(40)	(38)
Outras Aplicações (3)	213	0	213	213
Total	245.685	52.042	297.727	298.236

(1) As operações compromissadas estão aplicadas no Banco do Brasil S.A., em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional.

(2) Associado às operações com os títulos públicos, especificamente a LTN - Letras do Tesouro Nacional e tem como objetivo a redução da exposição a riscos de mercado e de taxas de juros.

(3) Fundos retidos do IRB.

5.2 Hierarquia do Valor Justo dos Ativos Financeiros

- i) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
 ii) Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
 iii) Nível 3 - Premissas, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Títulos ao Valor Justo por Meio do Resultado e Equivalente de Caixa	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de Investimentos - Exclusivo	288.886	297.514
Outras Aplicações	213	213
Total	289.099	297.727

5.3 Aplicações Financeiras e Equivalente de Caixa - Movimentação

Título	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Alienações	Resultado Financeiro	Saldo em 31/12/2015
Quotas de Fundos de Investimentos	297.514	1.600	(46.161)	35.933	288.886
Outras Aplicações	213	0	0	0	213
Total	297.727	1.600	(46.161)	35.933	289.099

Título	Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Alienações	Resultado Financeiro	Saldo em 31/12/2014
Quotas de Fundos de Investimentos	313.286	1.700	(48.536)	31.064	297.514
Outras Aplicações	213	0	0	0	213
Total	313.499	1.700	(48.536)	31.064	297.727

6. Créditos das Operações com Seguros e Resseguros

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Valores para a Risco de Receber	Prêmios Valores para a Risco de Receber	Valores para a Risco de Receber	Prêmios Valores para a Risco de Receber
	Receber	Crédito Líquido	Receber	Crédito Líquido
Vida em Grupo	196	(80)	116	710
Outros	0	0	28	(23)
Total - Circulante	196	(80)	116	738

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Valores para a Risco de Receber	Prêmios Valores para a Risco de Receber	Valores para a Risco de Receber	Prêmios Valores para a Risco de Receber
	Receber	Crédito Líquido	Receber	Crédito Líquido
De 01 a 30 dias	100	0	100	90
De 31 a 365 dias	8	0	8	11
Superior a 365 dias	3	0	3	12
Total de Prêmios a Vencer (I)	111	0	111	113
De 01 a 30 dias	3	0	3	3
De 31 a 365 dias	51	(49)	2	21
Superior a 365 dias	31	(31)	0	601
Total de Prêmios Vencidos (II)	85	(80)	5	625
Total de Prêmios a Receber (I+II)	196	(80)	116	738

O prazo médio de parcelamento para recebimento de prêmios é de 30 (trinta) dias.

6.3 Movimentação dos Prêmios a Receber

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	163	149
Prêmios Emitidos	2.021	1.909
Prêmios Recebidos/Baixados	(2.514)	(1.821)
Prêmios Cancelados	(49)	(79)
Reversão da Provisão para Perda	495	5
Prêmios a Receber	116	163

6.4 Operações com Seguradoras

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Valores para a Risco de Receber	Prêmios Valores para a Risco de Receber	Valores para a Risco de Receber	Prêmios Valores para a Risco de Receber
	Receber	Crédito Líquido	Receber	Crédito Líquido
Sinistros a Recuperar	883	(79)	804	1.252
Total - Circulante	883	(79)	804	1.252

6.5 Movimentação das Operações com Seguradoras

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	970	784
Valores a Recuperar	5.463	5.539
Valores Recebidos/Baixados	(5.832)	(5.457)
Reversão da Provisão para Perda	203	104
Operações com Seguradoras a Receber	804	970

6.6 Operações com Resseguradoras

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
12.2 Impostos e Encargos Sociais a Recolher		
IOF a Recolher, IRRF Retido na Fonte, Imposto sobre Serviços - ISS, Contribuição Previdenciária e FGTS	255	276
Total	255	276
12.3 Encargos trabalhistas		
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Férias a Pagar	477	443
Encargos Sociais	161	149
Total	638	592
12.4 Imposto e Contribuições		
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
PIS sobre Faturamento	16	0
COFINS sobre Faturamento	99	0
Total	115	0
13. Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Comissões e Pró-Labore sobre Prêmios a Receber	0	128
Outros	27	243
Total	27	371

14. Provisões Técnicas - Seguros

a) Movimentação das Provisões Técnicas

Descrição	31/12/2015					Saldo Final
	Saldo Inicial	Consti-tuições	Ajustes de Estimativas	Paga-mentos	Atualizações	
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa/Judicial)	164.016	56.219	(55.571)	(36.613)	19.443	147.494
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	12.535	1.213	(2.405)	0	0	11.343
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNER	11.583	2.362	(128)	0	0	13.817
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	4.533	711	(857)	0	0	4.387
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	62	766	(760)	0	0	68
Total	195.195	61.395	(59.800)	(36.613)	19.443	179.620

31/12/2014

Descrição	31/12/2014					Saldo Final
	Saldo Inicial	Consti-tuições	Ajustes de Estimativas	Paga-mentos	Atualizações	
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa/Judicial)	176.277	6.167	5.082	(38.346)	14.836	164.016
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	10.035	4.053	(1.553)	0	0	12.535
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNER	6.639	4.944	0	0	0	11.583
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	4.324	708	(499)	0	0	4.533
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.310	209	(53)	0	0	2.466
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	56	766	(760)	0	0	62
Total	199.641	16.847	2.217	(38.346)	14.836	195.195

b) Composição das Provisões Técnicas Líquida de Resseguro

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro	Bruta de resseguro	Líquida de resseguro
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	68	68	62	62
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	4.387	4.387	4.533	4.533
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	147.494	134.459	164.016	152.580
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	11.343	11.343	12.535	12.535
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNER	13.817	13.817	11.583	11.583
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	2.511	2.409	2.466	2.364
Total	179.620	166.483	195.195	183.657
Circulante	42.503	42.391	37.424	37.314
Não Circulante	137.117	124.092	157.771	146.343

14.1 Provisão de Sinistros a Liquidar - Circulante

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro
Saldo Anterior	18.746	18.738	16.650	16.639
Sinistros Avisados	4.557	4.550	4.250	4.241
Ajustes de Estimativas	(940)	(968)	(736)	(820)
Pagamentos	(693)	(660)	(1.418)	(1.322)
Provisão de Sinistro a Liquidar	21.670	21.660	18.746	18.738

14.2 Provisão de Sinistros a Liquidar - Não Circulante

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro
Saldo Anterior	145.270	133.842	159.627	149.022
Novas Constituições no Período	176	176	1.917	1.781
Baixa da Provisão por Êxito	(1.593)	(911)	(2.798)	(1.990)
Alteração da Provisão por Alteração de Estimativas ou Probabilidade	(1.553)	(2.227)	8.616	7.685
Total Pago no Período	(35.919)	(35.792)	(36.928)	(36.025)
Atualização Monetária e Juros	19.443	17.711	14.836	13.369
Provisão de Sinistro a Liquidar	125.824	112.799	145.270	133.842

Os sinistros em discussão judicial no montante de R\$ 125.824 (R\$ 145.270 em 31/12/2014), estão provisionados na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar - não circulante", e são constituídos levando em conta o estágio processual de cada discussão e são atualizados monetariamente pelo INPC, acrescido dos juros simples de 0,5% a.m. até dez/2002 e 1% a.m. a partir de jan/2003 até a data-base. Conforme segue, apresentamos a composição da responsabilidade total da Companhia dos sinistros discutidos judicialmente.

Conselho de Administração				Diretoria Executiva			
MILTON LUIZ DE MELO SANTOS - Presidente		HAMILTON CHOHI - Membro	JERSON KELMAN - Membro	HAMILTON CHOHI - Diretor-Presidente		GILBERTO ANTONIO GONÇALVES PUCCI - Diretor	
Responsáveis Técnicos							
GILBERTO ANTONIO GONÇALVES PUCCI - Atuário MIBA nº 1.044				MARCOS DA PAZ DA SILVA - CRC 1SP218980/O-0			
Parecer dos Auditores Atuariais Independentes							

Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da COSESP é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital

Chances de Ocorrência	31/12/2015			31/12/2014		
	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisionado*	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisionado*
Provável	727	95.826	95.826	943	113.688	113.688
Possível	610	77.736	38.721	754	85.785	43.773
Remota	390	58.271	0	469	66.015	0
Total	1.727	231.833	134.547	2.166	265.488	157.461

*Valor bruto de cosseguro cedido de R\$ 8.722 (R\$ 12.191 em 31/12/2014).

14.3 Tabela de desenvolvimento de sinistro

Data do Aviso	até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
No final do ano da divulgação	251.986	20.380	7.627	5.543	4.755	4.131	4.393	4.038	4.572	307.425
1 ano depois	5.515	(1.903)	(1.182)	(207)	(514)	245	665	61		2.680
2 anos depois	38.014	703	375	85	361	215	562			40.315
3 anos depois	42.217	555	100	328	259	63				43.522
4 anos depois	27.685	1.312	276	176	448					29.897
5 anos depois	26.022	1.109	450	232						27.813
6 anos depois	30.745	1.595	355							32.695
7 anos depois	18.847	178								19.025
8 anos depois	13.803									13.803
Sinistros Acumulados	454.834	23.929	8.001	6.157	5.309	4.654	5.620	4.099	4.572	517.175
Pagamentos Acumulados	(341.650)	(17.695)	(4.440)	(2.401)	(1.618)	(1.277)	(1.466)	(950)	(168)	(371.665)
Provisão de Sinistro a Liquidar	113.184	6.234	3.561	3.756	3.691	3.377	4.154	3.149	4.904	145.510
PSL Retrocessão - IRB									1.984	1.984
Total da Provisão de Sinistro a Liquidar	113.184	6.234	3.561	3.756	3.691	3.377	4.154	3.149	6.388	147.494

14.4 Garantia das Provisões Técnicas

Encontram-se vinculados em garantia das provisões técnicas, os seguintes ativos:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão de Prêmios não Ganhos	68	62
Provisão Complementar de Cobertura	4.387	4.533
Provisão de Sinistros a Liquidar	147.494	164.016
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados	13.817	11.583
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.511	2.466
Provisão de Despesas Relacionadas	11.343	12.535
Total de Provisões Técnicas	179.620	195.195
(-) Operações com Resseguradoras	(13.137)	(11.538)
Total a ser Coberto	166.483	183.657
Quotas de Fundos de Investimentos	276.771	285.098
Garantias das Provisões Técnicas - Suficiência	276.771	285.098
	110.288	101.441

15. Tributos Diferidos

Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre a reserva de reavaliação capitalizada. Os tributos incidentes sobre a reavaliação capitalizada totalizam R\$ 364 (R\$ 566 em 31/12/2014).

16. Outros Débitos - Provisões Judiciais

Os valores contabilizados são baseados nas estimativas elaboradas pelos advogados de forma individual, levando em conta a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e posicionamento dos Tribunais.

16.1 Provisões Fiscais

INSS

Refere-se à atuação fiscal procedida pelo INSS, sob a alegação de não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre valores pagos em dinheiro a título de vale-transporte, conforme Processo do INSS NFLD-DECAD 35.435.224-5 de 15.03.2002. Para garantia da demanda, a Companhia possui depósito judicial atualizado no montante de R\$ 1.095 em 31 de dezembro de 2015. Para a demanda em questão a Companhia obteve decisão parcialmente favorável.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisões Fiscais	874	850
Total	874	850

16.2 Provisões Trabalhistas

São processos de reclamações trabalhistas em curso, nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável alcance R\$ 4.289 (R\$ 4.692 em 31/12/2014).

Chances de Ocorrência	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Provisão	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Provisão
Provável	15	4.289	4.289	19	4.692	4.692
Total	15	4.289	4.289	19	4.692	4.692

16.3 Provisões Cíveis

São processos judiciais nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável atinja R\$ 29.401 (R\$ 27.192 em 31/12/2014).

Chances de Ocorrência	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Provisão	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Provisão
Provável	142	29.401	29.401	147	27.192	27.192
Total	142	29.401	29.401	147	27.192	27.192

16.4 Movimentação das Provisões Judiciais

Descrição	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	850	4.692	27.192	32.734
Constituição	-	11	11.219	11.230
Reversão/Baixa	-	(187)	(4.050)	(4.237)
Pagamentos	-	(508)	(13.002)	(13.510)
Atualização Monetária e Juros	23	281	8.043	8.347
Saldo em 31 de dezembro de 2015	873	4.289	29.402	34.564

17. Ativos e Passivos contingentes

Auto de infração

Em 1984, a Companhia foi autuada em imposto de renda, relativo à glosa de comissões sobre os seguros objetos do Decreto Estadual nº 50.890/1968 (Fundo Rural), cujo valor monta R\$ 5.245. Para o auto em questão foi efetuado depósito em garantia que atualizado totaliza R\$ 12.736 (R\$ 11.893 em 31/12/2014). A classificação da probabilidade de êxito efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia é possível.

PIS e COFINS

Em 1999, a Companhia impetrou ações judiciais nas quais questionava a legalidade da majoração da base de cálculo daqueles tributos, introduzidas pela Lei nº 9.718/1998. Estas ações judiciais foram transitadas em julgado com decisão favorável à Companhia. Com o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, pleiteado nas ações judiciais, a Companhia apresentou pedidos de habilitação dos referidos créditos tributários dos exercícios de 1999 a junho/2009 junto à Receita Federal do Brasil - RFB.

18. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Constituído por 120.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

(b) Reserva de Lucro

Constituída de acordo com o Estatuto Social, após considerar os dividendos obrigatórios, a reserva legal e os juros sobre o capital.

(c) Ações em Tesouraria

Aquisição de 67.644 ações ordinárias nominativas, pelo valor patrimonial, para manter em Tesouraria, sem redução do Capital Social, conforme Parecer CODEC nº 021/2003 e Processo S.F. nº 002-262990/1999.

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores, do parecer do atuariário responsável pelos cálculos das provisões técnicas e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfases**Continuidade operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde o exercício de 2007, a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios, mantendo apenas a emissão provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária. Uma vez determinada judicialmente a reativação da apólice, a operação caracteriza-se como uma operação de seguro, passando a Companhia a seguir as normas e critérios estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em 22 de dezembro de 2009, o artigo 9º da Lei nº 13.286/2008, foi alterado com a publicação da Lei nº 13.917, que passou a autorizar o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da COESP, mediante avaliação prévia e observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como deliberar sobre a liquidação e subsequente extinção da COESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores. Em 08 de janeiro de 2015, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela COESP contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária. A Administração da Companhia continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Contratos de seguros em discussão judicial

Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.7 (ii), a Provisão Complementar de Cobertura (PCC) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros. Esta provisão contempla as apólices cuja reativação está determinada por decisão judicial oriunda daquelas apólices com renovação anual automática só rescindível por vontade do segurado sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados. Esta provisão considera ações julgadas desfavoravelmente à Companhia, e outros pressupostos que estão descritos na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados

Conforme evidenciado nas notas explicativas, nºs 3.7, item (iii) e 14, letra "a", a Companhia, em 31 de dezembro de 2015 possui provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) no montante de R\$ 13.817 mil. Tal provisão foi constituída com base em metodologia que considera os sinistros conhecidos e os ajustes de estimativas dos sinistros até o encerramento dos mesmos com data de aviso/citação posterior a 1º/01/2006. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

São Paulo, 29 de janeiro de 2016

HERALDO S. S. DE BARCELLOS

Contador - CRC 1 RS 11609 S SP

CNAI nº 43 - Responsável Técnico

UHY MOREIRA - AUDITORES

CRC 2 RS 3717 S SP

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COESP, representado pelos membros efetivos que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, à vista do Parecer dos Auditores Atuariais AT Service Engenharia e Consultoria Atuarial Ltda., elaborado de acordo com os princípios atuarias emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuaria - IBA e do Relatório dos Auditores UHY Moreira - Auditores, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício de 2015, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 29 de janeiro de 2016

Maria Constança Figueiredo

Alexandre Artur Perroni

Nelson Okamura

**COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CNPJ nº 62.088.042/0001-83

coesp
seguros